Um Espectro Ronda a Teoria Social Contemporânea: Tocqueville, Rosanvallon e a Modernidade

Helga Gahyva*

Resumo: O artigo procura revelar as afinidades entre as ideias de Pierre Rosanvallon, tal como expressas em *A Crise do Estado-Providência*, e o diagnóstico tocquevilliano acerca da experiência moderna, elaborado ainda na primeira metade do século XIX. O objetivo consiste em mostrar, por meio de um autor contemporâneo, como a discussão atual sobre as relações entre Estado e sociedade civil reatualizam os temas da descentralização e do pluralismo societário presentes em *A Democracia na América*.

Palavras-chave: Pierre Rosanvallon; Alexis de Tocqueville; modernidade; Estado; sociedade civil.

A Spectre is Haunting the Contemporary Social Theory: Tocqueville, Rosanvallon and Modernity

Abstract: The article aim to reveal the affinities between the ideas of Pierre Rosanvallon, as expressed in *The Crisis of the Welfare State*, and the tocquevillian diagnosis of de modern experience, elaborated in the first half of the nineteen century. The objective is to show, through a contemporary author, how the current discussion about the relations between State and civil society bring revitalize the themes of decentralization and social pluralism present in *Democracy in America*.

Keywords: Pierre Rosanvallon; Alexis de Tocqueville; modernity; State; civil society.

I

Desde meados dos anos 1950 do século XX, aproximadamente, identifica-se crescente reinteresse pela obra do político e escritor francês Alexis de Tocqueville (1805-1859). Desde então,

* Doutora em Sociologia pelo Iuperj. Professora do Departamento de Sociologia e Política da PUC-Rio.

configurou-se certa “expansão do domínio tocquevilliano”: se antes praticamente restrito aos cursos de História, hoje, ele assumiu um papel teórico importante também no campo da disciplina sociológica (FURET, 1991, p. 138).

O objetivo deste trabalho consiste em identificar certas razões subjacentes ao ressurgimento de Tocqueville no cenário intelectual, na qualidade de pensador-chave para a compreensão dos desafios característicos da atualidade. Como pano de fundo histórico, utilizo-me da periodização quanto às fases do capitalismo proposta por Boaventura de Souza Santos, em seu esforço de perceber as relações entre a sociedade contemporânea e o projeto moderno – por meio dela, pretendo evidenciar as correlações entre as reflexões do autor de *A Democracia na América* e o capitalismo desorganizado (SANTOS, 1997, pp. 69-101).

O resgate das inquietações tocquevillianas na Sociologia contemporânea será aqui analisado em diálogo com o pensamento de Pierre Rosanvallon, tal como exposto, fundamentalmente, em *A Crise do Estado-Providência* (ROSANVALLON, 1997)¹. Como hipótese central, sugiro que os objetivos dessa obra podem ser compreendidos como tentativas de resposta aos dois principais temores tocquevillianos: o *despotismo democrático* e a *tiranía da maioria*.

Para ilustrar a parca atenção dedicada ao autor de *O Antigo Regime e a Revolução* durante a primeira metade do século passado, tome-se como exemplo um volume de *La Nouvelle Revue Française*, publicado em 1934, no qual consta um artigo do crítico literário Albert Thibaudet, dedicado às relações próximas entre Tocqueville e um autor hoje relegado ao ostracismo, Arthur de Gobineau².

Segundo Thibaudet: “lemos, reeditamos, discutimos Gobineau! Tocqueville está recoberto pelo esquecimento”. Essa observação tinha como pano de fundo a convicção quanto ao inexorável fracasso do liberalismo, pois, “por toda Europa, o rótulo liberal praticamente desapareceu do mundo parlamentar. O termo liberalismo pertence ao passado” (THIBAUDET, 1934, p. 58).

Historicamente, a reflexão de Thibaudet é contemporânea à era fascista (HOBSBAWN, 2000; MAZOWER, 2001), momento no qual forças conservadoras assumem protagonismo na arena pública, sustentadas pela expectativa quanto ao colapso dos valores e das instituições caros à agenda liberal³. Para os fins aqui propostos, importa destacar que a ideologia fascista pretende configurar-se como movimento supostamente capaz de incorporar as demandas populares dos países nos quais ela fora adotada. Ora, essa ambição pressupõe a crença na possibilidade de unificação dessas demandas, ou, melhor dizendo, ela se coaduna com uma perspectiva na qual a sociedade civil é vista como composta de interesses homogêneos – ou, pelo menos, passíveis de harmonização.

1 A primeira edição do livro data de 1981.

2 Tocqueville e Gobineau foram bastante próximos. Nos anos 1840, o jovem Gobineau trabalhou como assistente de pesquisa do já célebre autor de *A Democracia na América*. Eles trocaram correspondências até a morte de Tocqueville, em 1859. Conforme Tocqueville (1959).

3 Para enfatizar o recuo do liberalismo no período, Hobsbawn lembra-nos que: “Tomando-se o mundo como um todo, havia talvez 35 ou mais governos constitucionais e eleitos em 1920 (...). Até 1938, havia talvez 17 desses Estados, em 1944, talvez 12, de um total global de 65. A tendência mundial parecia clara” (HOBSBAWN, 2000, p. 115).

Por outro lado, a conjuntura na qual se inscreve a reflexão de Thibaudet pertence à época do capitalismo organizado, compreendida entre as décadas finais do século XIX e as primeiras décadas após a Segunda Guerra Mundial. Segundo Santos, nessa etapa, a percepção da fragilidade do mercado como um “harmonizador espontâneo” das relações sociais – característico da fase do capitalismo liberal, própria ao século XIX – teria levado o Estado a assumir o papel de organizador da contingência.

A tônica da fase do capitalismo organizado reside na constatação de que nem todas as promessas contidas no projeto moderno eram compatíveis com a expansão do capitalismo. Fez-se necessária, portanto, uma clara demarcação daquilo que seria realizável em tal ordem econômica – e, conseqüentemente, quais propostas seriam definitivamente postas de lado. A compensação oferecida pelo abandono dessas propostas teria sido realizada por meio de uma ampliação daquelas medidas encaradas como viáveis, radicalizando o terreno do possível com vistas a abrandar os irreparáveis déficits (SANTOS, op. cit., pp. 6-79).

Nesse contexto, o Estado assumiu novas feições: esse é o momento do surgimento do Estado-Providência. Apesar de cada vez mais articulado com o mercado (SANTOS, op. cit., p. 76), o *Welfare State* constituiu-se como um agente capaz de oferecer aos indivíduos soluções paliativas para que melhor convivessem com a impossibilidade de realizar as promessas modernas definitivamente abandonadas. Porém, ao mesmo tempo em que o Estado tornou-se cada vez mais presente, intervindo diretamente na sociedade, ele o fez por meio do fortalecimento de um aparato burocrático que o colocou ainda mais distante dos atores sociais.

No capitalismo organizado, portanto, “o projeto da modernidade cumpre-se assim em excesso porque em tudo o que cumpre excede todas as expectativas (basta ver o fulgurante avanço do conhecimento científico) e em tudo o que não cumpre é suficientemente convincente para negar que haja algo ainda a cumprir” (SANTOS, op. cit., p. 78).

II

Pode-se sugerir que o mundo do capitalismo organizado podia comportar um pensamento como o de Gobineau. A despeito de seu contundente pessimismo (GAHYVA, 2006, pp. 555-558), ele preocupava-se em desvendar, por meio de procedimentos que julgava os mais científicos, leis gerais que explicassem o desenvolvimento – ou, em seu caso, a degenerescência – das sociedades humanas (GOBINEAU, 1983). Em sua perspectiva, um Estado centralizador e autoritário coadunava-se com um mundo democrático⁴, caracterizado por uma massa de homens iguais.

Em contraste, a crise da segunda fase do capitalismo e, em seguida, sua passagem a uma terceira fase – aquela na qual ainda vivemos –, legou à obsolescência as teorias sociológicas que, como a de Gobineau, pretendiam-se universais espacialmente e temporalmente.

4 Democrático no sentido toquevilliano do termo, ou seja, sem barreiras estamentais entre os indivíduos, afinal, no mudo moderno: “a igualdade (...) não significa que as fortunas são iguais (...) mas simplesmente que não estão enraizadas na transmissão familiar, e que o dinheiro circula rapidamente” (FURET, 1982, p. 231).

Lyotard chamou esse fenômeno de crise das metanarrativas, diagnosticando a esterilidade em tentar analisar as transformações contemporâneas segundo um viés universalista e abstrato (LYOTARD, 1986, pp. 35-42).

De acordo com o diagnóstico de Santos, desde os anos 1960 vivemos na época do capitalismo desorganizado, período caracterizado pela constatação de que os déficits do projeto da modernidade são muito mais extensos do que se julgava na etapa anterior. E, dado que as soluções encontradas para amenizá-los não foram satisfatórias, seria uma incoerência continuarmos a persegui-los. É preciso que aceitemos o esgotamento da modernidade e busquemos um novo paradigma para substituí-la (SANTOS, op. cit., pp. 79-84).

Nesse esforço de compreensão dos novos desafios impostos pela contemporaneidade – que não é, evidentemente, preocupação exclusiva de Santos –, ronda o espectro de Tocqueville. Ao contrário daquela previsão de Thibaudet, a expansão da ideologia liberal parece reeditar cada dia com mais força a incorporação da crítica tocquevilliana ao mundo democrático.

III

Para Tocqueville, a característica intrínseca da experiência moderna reside na expansão do estado social democrático, isto é, na introdução da igualdade como valor definidor da modernidade. A igualdade não pode ser ameaçada – ela é parte constitutiva desse mundo. A liberdade, por sua vez, apresenta-se como um valor fugaz, e será sua perda ou sua conquista que ditará o futuro da civilização.

O autor opera uma distinção entre aristocracia e liberdade, por um lado, e democracia e igualdade, por outro⁵. No mundo aristocrático, os corpos intermediários preservariam a liberdade, funcionando como filtros entre os súditos e o soberano, de modo a promover o pluralismo. A estabilidade dessa sociedade era garantida pelo forte sentimento de hierarquia. Com o advento da democracia, a noção de que cada um ocupa um lugar fixo na estrutura social foi substituída pela igualdade de condições, formando uma cadeia relativamente comum de valores – ou, em outras palavras, homogeneidade entre meios e fins. Assim, de acordo com Tocqueville, os homens modernos aproximar-se-iam no exercício compartilhado da mobilidade social. É do espanto diante dessa massa de homens iguais que nasce a Sociologia tocquevilliana.

A emergência de uma nova configuração histórica conduz à reformulação dos tradicionais instrumentos cognitivos. Como ele próprio acentua, é necessário fundar uma nova ciência para um mundo inteiramente novo (TOCQUEVILLE, 1998, p. 12). E a tarefa implica um duplo desafio, que compreende tanto a dimensão do diagnóstico como a da aposta: é fundamental conhecer não só as particularidades dessa nova configuração social, mas, também, os riscos que ela comporta.

5 “A tensão entre os planos da liberdade e da igualdade é permanente, nunca podendo ser inteiramente cancelada, pois os princípios organizadores deles procedem de tipos de sociedade radicalmente diferentes: a aristocrática e a democrática” (WERNECK VIANNA, [2004], p. 103).

Tocqueville percebe uma tendência ao decréscimo na força dos valores da liberdade diante da crescente mercantilização das relações sociais. Ele receia que a busca incessante dos interesses privados, característica da moderna ética do trabalho, imponha-se sobre a vocação cívica dos indivíduos – em especial, os americanos –, afastando-os das questões de natureza pública⁶, tal como se observa na citação a seguir:

Quando o gosto pelas fruições materiais se desenvolve num desses povos [*democráticos*] mais rapidamente do que as luzes e os hábitos da liberdade, chega um momento em que os homens ficam arrebatados e como que fora de si, ao verem esses novos bens de que estão prestes a se apoderar. Preocupados unicamente com fazer fortuna, não percebem mais o vínculo estreito que une a fortuna particular de cada um deles à prosperidade de todos. O exercício de seus deveres políticos lhes parece um contratempo incômodo que os distrai de sua indústria. (...) Essa gente crê seguir a doutrina do interesse, mas só tem dela uma ideia grosseira e, para zelar melhor pelo que chamam seus negócios, negligenciam o principal, que é permanecer donos de si mesmos (Tocqueville, 2000, p. 172).

O paulatino crescimento da centralização administrativa seria a consequência inevitável do fato de os homens democráticos abdicarem de seu papel nos negócios públicos, originando o fenômeno que ele denominou despotismo democrático. Ao contrário das configurações despóticas “tradicionais” (BOBBIO et al., 1991, p. 340; VOLLRATH, 1986, p. 132), o novo despotismo não se fundaria no medo, mas no consentimento dos cidadãos: os indivíduos abririam mão espontaneamente de sua função decisória nas arengas públicas, desde que ao abrigo de um Estado provedor da tranquilidade social. Tratar-se-ia do triunfo do individualismo egoísta (MERQUIOR, 1991, p. 89), dado que os interesses dos indivíduos democráticos estariam exclusivamente voltados para a realização de seus negócios privados.

A demanda por uma nova ciência refere-se à necessidade de perceber quais mecanismos poderiam inibir esse comportamento marcadamente individualista. Em sua viagem à América, Tocqueville imagina tê-los encontrado no associativismo, *locus* privilegiado para o exercício da participação na vida pública. Conforme afirma Besnier (1990, p. 76):

Verdadeiros “poderes intermediários” (...), as associações resumem o combate que Tocqueville trava pela liberdade política: elas constituem verdadeiramente o antídoto ao individualismo a corrigir a fraqueza e a sacudir a apatia do cidadão atomizado; elas educam para a via pública, oferecendo oportunidade de articular o interesse privado com o “interesse público”.

⁶ Sintomaticamente, Tocqueville é o autor da epígrafe do livro de Sennett *O Declínio do Homem Público*. Conforme Sennett (1999).

Destaca-se, na reflexão tocquevilliana sobre o associativismo, o conceito de interesse bem compreendido: atrelado à descentralização administrativa, designa um sentimento comum, segundo o qual a promoção do bem-estar coletivo refletirá na promoção do bem-estar individual. Atribuir aos cidadãos a responsabilidade pela administração das demandas locais estimularia a prática associativa e, por conseguinte, incrementaria a interdependência individual. Assim, seria por meio da harmonia do conjunto da sociedade que cada cidadão obteria segurança na realização de seus objetivos.

Em tempos democráticos, os poderes intermediários seriam, também, potenciais neutralizadores da tirania da maioria. Como Tocqueville notou em sua estadia americana, a total liberdade de associação na região impedia a formação de amplos consensos majoritários em torno de interesses comuns. Seguindo os passos de Madison, ele igualmente acreditava que o facciosismo garantia a liberdade (MADISON, HAMILTON & JAY, 1993, pp. 169-192), pois a existência de múltiplas associações de interesses permitia que as minorias se opusessem a uma provável maioria opressiva⁷.

Se para Tocqueville, portanto, a tensão entre aristocracia e democracia foi solucionada com a imposição desta última, a tensão entre liberdade e servidão ditará o destino das sociedades igualitárias.

IV

Pierre Rosanvallon levanta uma série de questões compartilhadas com vários de seus contemporâneos. Desejo com isso afirmar que há, hoje, nas Ciências Sociais, certo consenso a respeito de algumas transformações pelas quais vem passando o mundo atual, expresso, sobretudo, por meio do binômio pluralização/fragmentação.

Uma discussão central versa sobre a impossibilidade de pensarmos as transformações sociais segundo perspectivas universalistas e abstratas. Para além dos relativismos grosseiros, parece cada vez mais difícil elaborar projetos de futuro que unifiquem os objetivos dos diferentes membros de uma dada sociedade. Ora, sabemos que a Sociologia tomou como tarefa, em seus primórdios, o desejo de fornecer unidade a um mundo tornado instável – ou, para usar a terminologia durkheimiana, a necessidade de estabelecer sob quais formas seria possível produzir solidariedade moral entre pessoas tornadas indivíduos diferentes.

O sujeito do marxismo reencaixa-se identitariamente por meio da classe social – classes produzem identidades de classe. Durkheim definia o homem moderno a partir de sua formação profissional. Para ele, os agrupamentos profissionais – as corporações – seriam os instrumentos capazes de corrigir a anomia no mundo moderno. Weber, precursoramente, renuncia à unidade, porém vê em seu lugar não pluralismo, mas fragmentação e a encara em uma ótica pessimista: se

7 A principal preocupação de Tocqueville nesse ponto refere-se à possibilidade de aplicação da igualdade às inteligências. Conforme Jasmin (1997, p. 65).

algum antídoto pode lhe ser oferecido, ele passa pela ação dos líderes carismáticos modernos – os demagogos –, no âmbito da democracia plebiscitária.

No período do capitalismo desorganizado, em contraste, a pluralidade é concebida não como um problema, mas como um dado irrefutável e irreversível do mundo moderno. Se, na época do capitalismo organizado, o estado de bem-estar apresentou-se como organizador da contingência, seu progressivo desmonte, a partir dos anos 1960, colocou em xeque a centralidade das categorias que lhe eram subjacentes, em especial aquelas derivadas do mundo do trabalho.

As abordagens contemporâneas da Sociologia que pretendem compreender o mundo de hoje têm que lidar tanto com a multiplicidade de fatores causais quanto com a multiplicidade de critérios que formam e conformam os grupos sociais, suas ideias e seus comportamentos.

Se, antes, a ocupação, a classe ou a política – Durkheim, Marx e Weber, respectivamente – forneciam os paradigmas por meio dos quais se explicavam os nexos identitários dos grupos sociais, hoje, a análise sociológica se vê obrigada a lidar com a realidade de indivíduos e grupos sociais que se definem segundo múltiplos critérios, tal como nos sugere Homi Bhabha (2007, p. 25):

As grandes narrativas conectivas do capitalismo e da classe (...) não fornecem, em si próprios, uma estrutura fundamental para aqueles modos de identificação cultural e afeto político que se formam em torno de questões de sexualidade, raça, feminismo, o mundo de refugiados ou migrantes ou o destino social fatal da AIDS.

Por outro lado, o colapso dos regimes comunistas do Leste Europeu, seguido do avanço da maré neoliberal (ANDERSON, 1995, p. 10; BRUNHOFF, 1992, pp. 73-74; FIORI, 1995, pp. 221-224; JOBERT & THÉRET, 1994, pp. 22-23; VELASCO E CRUZ, 2007, pp. 19-22) deixou órfã parte expressiva de uma geração para a qual a alternativa comunista fornecia o principal mecanismo identitário, pois sequer esses sujeitos ainda vislumbram a possibilidade de uma grande transformação.

De qualquer modo, predominava, entre eles, a crença de que o triunfo revolucionário da esquerda levaria a uma automática resolução de “conflitos menores”, como, por exemplo, as tensões étnicas e de gênero. Ora, a eclosão de nacionalismos na Europa Oriental, após 1989, mostrou que tais conflitos, de forma alguma equacionados, foram apenas reprimidos, mascarados por Estados altamente centralizados. A abertura sucedeu-se a explosão⁸.

A centralização estatal, característica do processo de formação do Estado moderno, torna-se alvo de críticas contundentes, seja à direita ou à esquerda do espectro político. Trata-se da formação de “um grande consenso em torno da descentralização” (ARRETCHÉ, 1996, p. 44) que denuncia o triunfo daquela liberdade negativa (BERLIN, 1981), enunciada por Benjamin Constant em 1819: se a originalidade da época moderna reside na separação da esfera de exercício da liberdade civil da esfera do interesse público, os indivíduos modernos, preocupados com seus interesses privados, delegam ao Estado a consecução dos assuntos públicos (CONSTANT, 1985).

8 O caso Iugoslavo, nos anos 1990, talvez seja aquele que ilustra paradigmamente esse fenômeno.

A característica fundamental desse modelo é a ausência de instâncias mediadoras das relações entre o Estado e os indivíduos – não à toa, o grande padrão desse tipo de administração pública vem a ser o Estado-Providência. Porém, em uma sociedade plural, como esse Estado pode responder a demandas particulares?

No que se refere ao espaço privado, também são levantadas relevantes mudanças. As relações familiares constituem um dos principais exemplos: se à modernidade organizada correspondia o modelo da família nuclear, a modernidade desorganizada recusa-se a fornecer um padrão correto para as famílias. Ao contrário, múltiplas formas familiares convivem no mesmo espaço, sem que haja uma orientação diante do modelo ideal.

Tal transformação das relações familiares pode ser vista como uma consequência direta de outro fenômeno bastante discutido na literatura sociológica recente: o descentramento do sujeito (BHABHA, op. cit.; HALL, 2000; 2008). Distanciando-se da perspectiva iluminista, com seu indivíduo centrado, coeso e racional, o indivíduo contemporâneo concebe sua identidade como uma “celebração móvel” (HALL, 2000, p. 13). Trata-se da negação de qualquer concepção evolucionista de sujeito. Se essa perspectiva era compreensível em uma sociedade ainda presa a padrões rígidos de ser no mundo (DOMINGUES, 2000, p. 49), a intensa pluralização presente no capitalismo desorganizado permite-nos uma gama de experiências concomitantes que nos leva a uma permanente (re)construção de nossas identidades. Em outras palavras, na contemporaneidade, o conceito de identidade cede lugar ao de processos identitários. Por conseguinte:

Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda história sobre nós mesmos ou uma confortadora “narrativa do eu”. A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia (HALL, 2000, p. 13).

Aos pensadores contemporâneos caberia, portanto, uma rearticulação de suas bases teóricas, de modo a procurar responder demandas sociais que vêm se expressando de modo cada vez mais pontual. Assim, argumenta Santos, é necessário que sejamos capazes de dissolver o potencial transformador da modernidade em diversas pequenas transformações, que respondam a demandas específicas reclamadas por atores igualmente específicos (SANTOS, op. cit., pp. 91-99).

V

Rosanvallon concebe *A Crise do Estado-Providência* como uma tentativa de, se não responder, ao menos esclarecer tais questões. Como ele mesmo afirmou alguns anos após a publicação desse livro,

(...) durante os anos oitenta, as ideologias e as grandes sínteses macroexplicativas recuaram largamente na sociedade francesa. (...) Que a divisa republicana – Liberdade,

Igualdade, Fraternidade – tenha sempre uma forte consistência, certo; mas pode-se dizer que ela encarne verdadeiramente valores subversivos? (ROSANVALLON et al., 1988, pp. 136-137 e 141).

Mas quais seriam, então, os atuais valores subversivos? Para ele, as possibilidades de transformação da sociedade passam, necessariamente, por uma redefinição do conceito de solidariedade, pois a crise do Estado-Providência não poderá ser corretamente abordada apenas acentuando-se suas limitações econômicas. Esse reducionismo impede que a tratemos como aquilo que de fato ela representa, a saber:

A equação econômica dos anos 70 não pôde, nos anos 90, encontrar resposta exclusivamente no campo financeiro. É no nível da sociedade e das relações sociais que ela se resolve. O verdadeiro desafio é o de um novo contrato social entre indivíduos, grupos e classes. O principal bloqueio do Estado-Providência é, finalmente, de ordem cultural e sociológica. (...) Essa crise deve ser compreendida simultaneamente como crise de um modelo de desenvolvimento e crise de determinado sistema de relações sociais (ROSANVALLON, 1997, p. 8).

Apreendendo historicamente a formação do Estado-Providência, Rosanvallon concebe-o como um desdobramento do Estado-protetor liberal que se forma quando a sociedade deixa de ser pensada como um corpo para se concebida como um mercado. Nesse movimento, o Estado torna-se o contraponto necessário à redução das desigualdades produzidas pelo mercado, cabendo a ele administrar os riscos. Mas continua-se, fundamentalmente, dentro da lógica liberal utilitária, para a qual a sociedade equivale a um conjunto de indivíduos. Consequentemente, o Estado-Providência dialoga com cada membro da sociedade isoladamente, ao mesmo tempo em que fornece soluções universais para todos. Conforme acentua o próprio Rosanvallon,

O Estado-protetor, como Estado fiscal, só pode construir-se libertando cada vez mais os indivíduos dos grupos sociais reais (...), nos quais se inserem as trocas que ele não controla. (...) O Estado-Providência limita-se a prosseguir e a ampliar este movimento de proteção do indivíduo como figura central do social. Seu objetivo é livrá-lo das redes de solidariedade constrangedoras e aleatórias nas quais ainda se inserem: o Estado-Providência quer libertar o indivíduo simplificando o social. (...) a liberdade é concebida como exaltação do indivíduo integral. (...) Não há mais o intermédio do social (*Ibidem*, pp. 34-35).

Mas, em uma sociedade cada vez mais plural, torna-se difícil para o Estado responder a demandas específicas sem instâncias que promovam o diálogo entre ele e os particulares. Universal por princípio, o Estado precisa permitir o desenvolvimento de mecanismos que

promovam maior descentralização das decisões de modo que seja possível à sociedade resolver seus problemas pontualmente.

Na tentativa de formular uma alternativa aos modelos polares estatismo/privatismo, Rosanvallon investe na proposta de uma refundação do pacto social que tenha como base uma nova concepção de solidariedade, já que, para ele, a crise do Estado-Providência representa, primordialmente, uma crise do modelo de solidariedade automática por ele produzido. Em outras palavras, torna-se necessária a criação de instâncias específicas, nas quais os indivíduos possam se constituir como grupos de interesse e, a partir daí, não só levar suas demandas ao Estado, mas, principalmente, exercer uma democracia de caráter participativo, que permita maior visibilidade social – distante, portanto, do restrito modelo representativo do Estado-Providência.

Repensar a solidariedade representa, segundo Rosanvallon, abordar o paradoxo do capitalismo desorganizado: em uma sociedade pluralizada e fragmentada, a igualdade não tem mais o papel de formadora de identidade – o que equivale a questioná-la como finalidade social. Em suas palavras:

A “demanda de igualdade civil ou política” traduz-se pela determinação de uma norma *idêntica* para todos. A igualdade tem como objetivo a abolição radical das diferenças de estatuto civil ou político. A demanda de igualdade econômica ou social se apresenta de um outro modo: ela se exprime como vontade de redução das desigualdades. Os dois procedimentos não são simétricos: produção de igualdade geradora de identidade em um caso, redução da desigualdade, no outro, sem fixação de um objetivo gerador de identidade (*Ibidem*, 1997, p. 29).

A partir desse diagnóstico, Rosanvallon propõe uma redefinição das relações entre o Estado e a sociedade que englobe uma articulação entre três princípios: socialização, descentralização e autonomização. O primeiro teria como objetivo a desburocratização e a racionalização das funções coletivas; o segundo implicaria reduzir a distância entre os serviços públicos e os usuários; a autonomização, finalmente, visaria à transferência de tarefas públicas para coletividades não públicas. O teórico francês crê que esses princípios teriam como consequência “um tríplice movimento de redução da demanda do Estado, de reencaixe da solidariedade na sociedade e de produção de uma maior visibilidade social” (*Ibidem*, p. 86), respectivamente.

VI

Tocqueville e Rosanvallon refletem, obviamente, a partir de realidades distintas: o que o primeiro via como ameaça surge aos olhos do segundo como a realidade na qual estamos inseridos. Ainda que Rosanvallon escreva quase um século e meio após Tocqueville e que, portanto, sua análise reflita necessariamente o desenvolvimento das Ciências Sociais nesse longo período,

suas preocupações podem ser interpretadas à luz dos conceitos de despotismo democrático e tirania da maioria.

Conforme exposto, com o primeiro conceito o autor de *A Democracia na América* pretendia alertar para os riscos presentes em uma sociedade na qual as tarefas decisórias estivessem concentradas exclusivamente na esfera estatal. Ora, a crítica que Rosanvallon imprime ao *Welfare* não se distancia desta ideia: o Estado de bem-estar criaria uma solidariedade automática entre si e os indivíduos isoladamente. Em ambos os autores, as consequências assemelham-se: a ausência de poderes intermediários entre o Estado e os indivíduos produziria uma sociedade civil apática, desinteressada pelas questões públicas.

Quanto à tirania da maioria, apesar de também visível em Rosanvallon, verifica-se uma importante diferença em relação a Tocqueville: para este, ela estava diretamente ligada à ameaça de uma república de moldes rousseauianos, regida pelo dogma da vontade geral, e a única forma de evitá-la seria o estímulo ao facciosismo – o que talvez não seja exagero chamar de produção artificial de diferenças.

No contexto em que escreve Rosanvallon, caracterizado pelo pluralismo societário, as diferenças já estão reconhecidas, não havendo o risco de formação de um grande consenso majoritário que suplante as divergências. Ao contrário, o desafio que hoje se impõe é o de pensar um modelo de sociedade civil que possibilite o exercício da diferença, e não apenas que a estimule.

No entanto, parece haver um abismo entre essa sociedade plural e fragmentada e o modelo do Estado-Providência, ainda ligado a concepções republicanas homogeneizadoras. E, nesse ponto, observa-se mais uma relevante convergência entre os dois teóricos franceses: Tocqueville afirmava que o futuro das sociedades democráticas relacionava-se ao papel que confeririam à liberdade. Rosanvallon, por sua vez, mostra a limitação de um Estado, cuja preocupação central seja a produção de igualdade: em uma sociedade complexa, a busca de uma identidade que unifique todos os indivíduos pode funcionar como um poderoso instrumento de limitação das liberdades. Não à toa, ele reivindica um modelo de Estado plural, no qual a produção de igualdade não se confunda com a abolição das diferenças.

Em ambos, portanto, há um nexos entre centralização estatal, individualismo excessivo, homogeneização e perda de liberdade. Igualmente, para eles, a possibilidade de superação desse quadro passa pela formação de instâncias intermediárias entre o Estado e os cidadãos. Tocqueville reivindicava a ciência das associações como a única talvez capaz de garantir a sobrevivência dos valores da liberdade no mundo democrático. Ora, lembrando, a proposta de Rosanvallon ancora-se em três pilares: redução da demanda do Estado, reencaixe da solidariedade na sociedade e produção de maior visibilidade social. Mas como aplicá-los? É o próprio Rosanvallon quem oferece uma resposta tocquevilleana à questão:

Não há outra via possível senão *aproximar a sociedade de si mesma*. Trata-se de torná-la mais densa, de multiplicar os locais intermediários de composição social, de reinserir os indivíduos em redes de solidariedades diretas (*Ibidem*, p. 90).

A perspectiva adotada por Rosanvallon apresenta semelhanças com o diagnóstico tocquevilliano sobre a modernidade. Os dois relacionam certo recuo do Estado ao aumento da participação popular. Mas, se Tocqueville parecia ainda crer na atuação de algumas inteligências privilegiadas – os magistrados –, Rosanvallon, despido de um viés aristocrático, aposta todas as suas fichas na capacidade dos cidadãos comuns. Associados, eles oferecerão a interface necessária entre o Estado e as demandas particulares dos diferentes setores da sociedade civil⁹.

Por outro lado, assim como Tocqueville, Rosanvallon preocupa-se de fato com a contração do Estado e com a mobilização da sociedade civil, mas não avança em direção às relações de mercado. A busca de uma alternativa aos polos estatização/privatização tende a reduzir-se à crítica do primeiro fenômeno. Seria simplório objetar que isso ocorre pelo fato de que Rosanvallon se insere em uma sociedade na qual os problemas distributivos foram melhor equacionados do que ao sul do Equador, até porque as crescentes levas de imigrantes à Europa têm imposto à agenda social não apenas discussões a respeito da pluralidade das formas de vida, mas, também, sobre problemas de ordem sistêmica – para usar uma expressão tão cara à sociologia germânica – que envolvem, diretamente, questões de cunho econômico.

Concluindo, creio que a crise de projetos à qual se refere Rosanvallon vem afetando não só seu próprio trabalho como as Ciências Sociais, de modo geral. Ele se aproxima de Tocqueville, autor importante para a compreensão do papel da sociedade civil no mundo democrático, mas insuficiente para dar conta da grande encruzilhada na qual se encontram as Ciências Sociais, neste início de século: paralelamente à redefinição da solidariedade social, é preciso reinventar as formas de abordar as relações econômicas, caso contrário, o risco será o de apenas sobrecarregar a sociedade civil com funções antes restritas ao Estado, enquanto o mercado prosseguirá como instância privilegiada de exclusão social.

FONTES CONSULTADAS

ANDERSON, P. “Balanço do neoliberalismo”. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. São Paulo: Paz & Terra, 1995. pp. 9-23.

ARRETCHE, M. Mitos da descentralização: mais democracia e eficiência nas políticas públicas? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 31, ano 11, pp. 44-66, jun. 1996.

BERLIN, I. *Quatro ensaios sobre a liberdade*. Brasília: Ed. UNB, 1981.

BESNIER, J. -M. “Tocqueville et les associations”. In: GOYARD-FABRE, Simone et al. *L'Actualité de Tocqueville* (Actes du Colloque de Saint-Lô 5 septembre 1990). Caen: Centre de Philosophie Politique et Juridique de l'Université de Caen, 1990.

9 Verifica-se, aqui, um paradoxo presente no projeto de Rosanvallon: no momento em que se afirma a substituição do robusto sujeito iluminista pelos sujeitos descentrados é que se torna mister a participação popular de caráter decisório nos negócios públicos.

- BHABHA, H. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.
- BOBBIO, N. et al. *Dicionário de política*. Brasília: Ed. UNB, 1991.
- BRUNHOFF, S. “Néo-libéralisme et politique économique”. In: BIDET, J.; LABICA, G. (Dir.) *Libéralisme et État de droit*. Paris: Meridiens Klincksieck, 1992. pp. 73-90.
- CONSTANT, Benjamin. “Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos”. In: ZARKA, Y. (Org.) *Filosofia política 2*. Porto Alegre: L&PM, 1985. pp. 9-25.
- DOMINGUES, J. “Desencaixes, abstrações e identidades”. In: DOMINGUES, J.; AVRITZER, L. *Teoria social e modernidade no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- FIORI, J. L. *Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado*. Rio de Janeiro: Insight, 1995.
- FURET, F. “Le systhème conceptuel de ‘De la Démocracie en Amérique’”. In: FURET, F. *L’Atelier de l’Histoire*. Paris: Flammarion, 1982.
- _____. “L’importance de Tocqueville aujourd’hui”. In: GOYARD-FABRE, Simone et al. *L’Actualité de Tocqueville* (Actes du Colloque de Saint-Lô 5 septembre 1990). Caen: Centre de Philosophie Politique et Juridique de l’Université de Caen, 1991.
- GAHYVA, H. Tocqueville e Gobineau no mundo dos iguais. *Dados*, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 49, n. 3, pp. 553-581, 2006.
- GOBINEAU, A. “Essai sur l’inégalité des races humaines”. In: *ŒUVRES*. Tomo I. Paris: Gallimard, 1983.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- _____. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.
- HOBBSBAWN, E. *A era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- JASMIN, M. *Alexis de Tocqueville: a historiografia como ciência da política*. Rio de Janeiro: Access, 1997.
- JOBERT, B.; THÉRET, B. “France: la consécration républicaine du neo-libéralisme”. In: JOBER, B. (Org.) *Le tournant neo-libéral em Europe: idées et recettes dans les pratiques gouvernementales*. Paris: Harmattan, 1994. pp. 21-85.
- LYOTARD, J. -F. *O Pós-moderno*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.
- MADISON, J.; HAMILTON, A.; JAY, J. *Os artigos federalistas: 1751-1836*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

- MAZOWER, M. *Continente sombrio: a Europa no século XX*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.
- MERQUIOR, J. G. *O liberalismo: antigo e moderno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.
- ROSANVALLON, P. *A crise do Estado-Providência*. Brasília: Ed. UNB, 1997.
- ROSANVALLON, P. et al. *La République du centre*. Paris: Calmann-Lévy, 1988.
- SANTOS, B. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. Porto: Afrontamento, 1997.
- SENNETT, R. *O declínio do homem público*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.
- THIBAUDET, A. Tocqueville et Gobineau. *La Nouvelle Revue Française*: Gobineau et le gobinisme, Paris, n. 245, fev. 1934. (Reeditado em Colletifs Gallimard, 1991.)
- TOCQUEVILLE, A. *Œuvres complètes: correspondance d’Alexis de Tocqueville et d’Arthur de Gobineau* (tomo IX). Paris: Gallimard, 1959.
- _____. *A democracia na América: leis e costumes*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- _____. *A democracia na América: sentimentos e opiniões*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- VELASCO E CRUZ, S. *Trajetórias: capitalismo neoliberal e reformas econômicas nos países da periferia*. São Paulo: Unesp, 2007.
- VOLLRATH, E. O despotismo ocidental. *Filosofia Política*, n. 3, pp. 131-145, 1986.
- WERNECK VIANNA, L. “O problema do americanismo em Tocqueville”. In: WERNECK VIANNA, L. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, [2004].